

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOAQUIM AUGUSTO DE MOURA E A LEGITIMAÇÃO DO TÍTULO DE BARÃO DE VILA VELHA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PODER SIMBÓLICO DE PIERRE BOURDIEU

THE POLITICAL TRAJECTORY OF JOAQUIM AUGUSTO DE MOURA AND THE LEGITIMATION OF THE TITLE OF BARON OF VILA VELHA: AN ANALYSIS BASED ON PIERRE BOURDIEU'S SYMBOLIC POWER

Elvano Caires Sousa¹

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a legitimação do título nobiliárquico concedido a Joaquim Augusto de Moura, influente proprietário de terras e de pessoas escravizadas no Alto Sertão da Bahia², que transitou entre a província baiana e a Corte Imperial e foi agraciado com o título de Barão de Vila Velha³, em 1873. A análise visa compreender as prerrogativas e estratégias de distinção social necessárias à conquista do baronato durante o Segundo Reinado, considerando as relações entre poder, reconhecimento e organização simbólica. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, articulada à análise das formas de legitimação e de construção do poder simbólico presentes no contexto estudado.

Palavras-chave: Alto Sertão da Bahia. Baronato. Fazendeiro. Joaquim Augusto de Moura. Política. Trajetória.

ABSTRACT: This study aims to analyze the legitimation of the noble title granted to Joaquim Augusto de Moura—an influential landowner and owner of enslaved people in the Alto Sertão of Bahia who moved between the province of Bahia and the Imperial Court, and was awarded the title of Baron of Vila Velha in 1873. The analysis seeks to understand the prerogatives and strategies of social distinction required to attain the barony during the Second Reign, considering the relationships between power, recognition, and symbolic organization. To this end, a qualitative literature review was conducted, linked to an analysis of the forms of legitimation and the construction of symbolic power within the studied context.

Keywords: Alto Sertão of Bahia. Barony. Rancher. Joaquim Augusto de Moura. Politics. Trajectory.

¹ Mestrando em História Social no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) - Universidade Estadual de Montes Claros.

² Acerca do espaço geográfico do Alto Sertão Baiano é “referenciada na posição relativa ao curso do Rio São Francisco na Bahia e ao relevo baiano, que ali projeta maiores altitudes”. Para um conhecimento mais aprofundado ver: Neves (1998, p.22).

³ VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchio Brasileiro*. Lausanne (Suisse):Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII. Pg. 544. Disponível em: <https://archive.org/details/archivonobiliarcoovascuoft/page/544/mode/2up> Acesso em 19 de outubro de 2021.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo analisar as dinâmicas de poder e legitimidade relacionadas a concessão de títulos nobiliárquicos durante o Segundo Reinado, tomando com objeto de análise a trajetória de Joaquim Augusto de Moura, fazendeiro agraciado com o título de Barão de Vila Velha. Busca-se, especificamente, compreender os mecanismos de construção e legitimação das hierarquias sociais presentes no processo de concessão do título nobiliárquico, considerando as relações entre poder, prestígio e reconhecimento social no contexto do Império brasileiro.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, orientada pelo referencial teórico-conceitual de Pierre Bourdieu. O procedimento metodológico central consistiu na leitura e análise da obra *O Poder Simbólico*, de Pierre Bourdieu, utilizada como principal aporte teórico para a compreensão dos mecanismos de construção, legitimação e manutenção das hierarquias sociais. A partir desse referencial, realizou-se uma revisão da literatura relacionada ao contexto do Império brasileiro, buscando articular os conceitos desenvolvidos pelo autor aos estudos históricos sobre as relações de poder, prestígio e reconhecimento social no período.

A seleção das fontes bibliográficas complementares teve como objetivo contribuir para a análise das relações de poder e das formas de legitimação social presentes no processo de concessão de títulos nobiliárquicos. Nesse sentido, o conceito de poder simbólico, conforme desenvolvido por Bourdieu, foi mobilizado como instrumento teórico para compreender os mecanismos por meio dos quais determinadas posições sociais, práticas, distinções e formas de reconhecimento contribuíam para a construção e a manutenção das hierarquias sociais no contexto do Império brasileiro.

Dessa forma, considera-se que os símbolos, rituais e práticas associados ao título nobiliárquico contribuíam para a construção e a consolidação do prestígio social de seu titular. A concessão do baronato, nesse contexto, pode ser analisada não apenas como uma distinção honorífica, mas também como uma forma de reconhecimento social inserida nas estruturas hierárquicas do período. Assim, a análise do título concedido a Joaquim Augusto de Moura permite investigar como as relações entre prestígio, poder e reconhecimento se articulavam no processo de legitimação das posições sociais durante o Segundo Reinado.

De fazendeiro a Barão de Vila Velha

Joaquim Augusto de Moura nasceu no ano de 1828, na Vila Minas do Rio de Contas⁴. Era Filho de Martiniano Moura e Albuquerque e Francisca Joaquina de Carvalho, ambos pertencentes a famílias abastadas no Alto Sertão da Bahia, “Os Mouras e Albuquerque”. Embora residissem na vila, eram proprietários de diversas fazendas, entre elas a “Fazenda D’Alagôa” ou “Lagoa do Timotheo”⁵ como era chamada e a partir da qual deu origem provavelmente ao povoado de São Timóteo, distrito da cidade de Livramento de Nossa Senhora, antiga Vila Velha⁶.

Os “Mouras e Albuquerque” destacaram-se na atuação política, social e econômica da Vila Minas do Rio de Contas, envolvendo-se, inclusive, em acontecimentos relacionados ao contexto posterior às guerras da Independência da Bahia. Martiniano de Moura e Albuquerque, pai de Joaquim Augusto de Moura, juntamente com seus irmãos Manoel Justiniano de Moura e Albuquerque e José Honório de Moura e Albuquerque, comungaram dos mesmos ideais políticos relacionados aos rumos de Rio de Contas diante das incertezas do cenário baiano. Segundo Frutuoso (2022, p. 78).

José Honório de Moura e Albuquerque era o primogênito de sua família. Seus irmãos, Martiniano e Manoel Justiniano de Moura e Albuquerque, participavam ao seu lado das discussões políticas relacionadas aos rumos de Rio de Contas diante das incertezas do cenário baiano no processo que culminou na separação do Brasil de Portugal.

3

A participação política da família Moura e Albuquerque se constituiu-se, portanto, como legado transmitido entre gerações. Nesse contexto, também se destacaram parentes próximos que exerceram atividades políticas na Bahia. Entre eles, encontram-se “José Hegídio de Moura

4 O município de Rio de Contas teve sua origem na última década do século XVII, quando viajantes que vinham de Goiás e do norte de Minas Gerais, em demanda da cidade do Salvador, capital da província da Bahia, fundaram um pequeno povoado, que tomou o nome de Creoulos, para lhes servir de “ponto de pouso”, ou descanso, na exaustiva caminhada. (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p. 164). Disponível em: <http://ftp.editora.ufrn.br/handle/123456789/2306?locale=en>.

5 APMRC. Seção: Judiciário. Séries: Inventários. Martiniano Moura e Albuquerque e Francisca Joaquina de Carvalho CX: 77 – MÇ:150 DOC:883 FLS: 37 E:03 P: 01. 1847.

6 O município de Livramento de Nossa Senhora possui área de 2.291 km². Está localizado a sudoeste da capital, Salvador, distante cerca de 606 km. O primeiro núcleo populacional iniciou-se em 1715 com a chegada de paulistas na região a procura de ouro e pedras preciosas. O povoado cresceu rapidamente, sendo elevado à vila em 1724, a sede da vila foi transferida para o povoado de Creoulos, atual Rio de Contas, em 1743. A antiga vila desceu à categoria de simples povoado, com o nome de Vila Velha. A área rural de São Timóteo é um dos distritos mais antigos do município de Livramento de Nossa Senhora, povoado este que fica distante da sede 48,3 km. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/livramento-de-nossa-senhora/historico> Acesso em: 13 de outubro de 2021.

e Albuquerque – Barão de Santo Antônio da Barra, título concedido em 1889⁷” e seu irmão “Marcolino Moura e Albuquerque que “ainda no império, foi deputado provincial na Bahia entre 1868 e 1881” e “obtendo sucessivas eleições, nela permaneceu até 1905⁸”, ambos filhos do então Manoel Justiniano de Moura e Albuquerque.

Inserido nesse contexto familiar e político, Joaquim Augusto de Moura foi agraciado com o título de barão de Vila Velha em “17 de maio de 1873 pela Commendador da Imperial Ordem de Christo por serviços prestados ou mesmo pela divulgação de atos beneméritos junto a corte imperial”.

Nesse sentido, a participação política da família Moura e Albuquerque e a obtenção de títulos nobiliárquicos podem ser compreendidas como elementos relacionados aos mecanismos de construção e legitimação das posições sociais durante o Segundo Reinado.

Segundo Aguiar (2019, p. 256), a nobilitação “era concedida a chefes que se distinguiam por serviços prestados ao Estado e notável fidelidade à coroa”. Ainda, segundo Feitoza e Motta (2010, p. 02), adentrar a corte significava “cumprir uma série de prerrogativas sociais e econômicas, além de se fazer notar nos círculos da corte”. Nesse contexto, a trajetória de Joaquim Augusto de Moura apresenta elementos que permitem investigar sua relação com essas formas de reconhecimento, entre eles investimentos na educação pública da província da Bahia e um ato de caráter benemérito relacionado à Sociedade Libertadora Sete de Setembro, como meio de ganhar visibilidade perante o governo imperial.

As ações realizadas pelo fazendeiro Joaquim Augusto de Moura tiveram repercussão na imprensa da época. Em 1875, o Jornal Diário de São Paulo, publicou a seguinte nota informando, “*Fez-se mercê do título de barão de Villa-Velha a Joaquim Augusto de Moura, da província da Bahia, pelos relevantes serviços prestados à instrução publica*”. A notícia constitui uma fonte importante para compreender como sua atuação foi apresentada publicamente e como o título estava associado ao reconhecimento de serviços considerados relevantes no período.

7 Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MOURA,%20Marcolino%20de.pdf> Acesso em: 18/08/2023.

8

Disponível

em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MOURA,%20Marcolino%20de.pdf> Acesso em: 18/08/2023.

A questão da instrução pública merece atenção no contexto do Império brasileiro. Entre 1822 a 1889, o ensino público esteve marcado por uma "crise econômica que praticamente inviabilizava a implementação de melhorias no ensino, também corroborada pela falta de interesse do próprio governo imperial, que dava pouca atenção aos problemas educacionais" França (2008, p. 78). A Constituição de 1824, que, em seu Artigo 179, inciso XXXII, estabelecia que "a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos". Ainda segundo o autor, durante esse período imperial, a qualidade do ensino no Brasil era insuficiente e, à medida que a população aumentava, era impossível atendê-la com um ensino de qualidade.

Nesse contexto, a atuação de Joaquim Augusto de Moura em favor da instrução pública pode ser investigada como uma das práticas que contribuíram para conferir visibilidade à sua atuação social. Mais do que afirmar previamente que tais ações tinham como finalidade a obtenção do título, é necessário considerar, a partir das fontes disponíveis, de que maneira essas iniciativas foram apresentadas e reconhecidas pelos contemporâneos e como se relacionavam às formas de prestígio vigentes na sociedade imperial.

Outra estratégia utilizada por Joaquim Augusto de Moura na busca da titulação do baronato, foi um ato benemérito promovido por ela junto à Sociedade Libertadora Sete de Setembro, de acordo a nota publicada no Jornal de Recife, 1871, destaca que:

O Sr. Tenente-coronel Joaquim Augusto de Moura e Albuquerque, liberal distinto, morador no Rio de Contas, acaba de tomar uma deliberação digna dos princípios que professa, passou carta de liberdade, em nome da Sociedade Sete de Setembro, os seus escravos Isabel, de 3 annos, Anna, de 5, Dorothea, de 17, Hilaria, de 18, Paulina, de 30, Sebastião e Reinaldo, de 40, Elias e Sertorio, de 45.

A documentação também permite observar a presença da escravidão na trajetória e no patrimônio da família Moura e Albuquerque. O Inventário *Post Mortem* de seu pai Martiniano Moura de Albuquerque, onde foi inventariado o total de 45 escravizados avaliados em “R. 19:580\$00”, dentre outros bens. Esse dado é relevante para compreender o lugar ocupado pela família na estrutura econômica e social do período, especialmente quando relacionado às ações de Joaquim Augusto de Moura em favor da libertação de pessoas escravizadas.

A articulação entre esses elementos — a atuação política da família, a participação nos espaços de poder local, os investimentos na instrução pública e o ato de libertação de pessoas escravizadas — amplia as possibilidades de análise da trajetória de Joaquim Augusto de Moura. As fontes apresentadas indicam que sua atuação alcançou repercussão na imprensa e esteve

relacionada a práticas de reconhecimento social, aspectos que podem contribuir para a compreensão do processo de legitimação de sua posição durante o Segundo Reinado.

Diante do exposto, Oliveira (2018, p.243) ressalta que:

Assim, é possível afirmar que a oferta desses títulos de nobreza esteve ligada à execução da política de Rio Branco; isto é, o gabinete em questão buscava nobilitar indivíduos que asseguravam a viabilidade de suas propostas reformistas, bem como figuras que garantissem apoio local para a eleição da Câmara dos Deputados, o que, como mencionado, não foi mensurado. Contudo, dada a longa duração do gabinete, é possível antever que tal política tenha dado algum resultado no tangente à sua manutenção, ainda que questionado pela oposição liberal e pelos conservadores dissidentes.

Diante desse contexto, o autor ressalta que a concessão de títulos de nobreza esteve relacionada à política do gabinete do Visconde do Rio Branco, incluindo a nobilitação de indivíduos que poderiam assegurar apoio às propostas reformistas e contribuir para a manutenção de alianças políticas. Essa perspectiva permite estabelecer uma relação entre a obtenção de títulos, as estratégias políticas do período e as formas de reconhecimento social.

No caso de Joaquim Augusto de Moura, o ato de libertação de pessoas escravizadas pode ser analisado em conjunto com sua atuação política e social, sem que se estabeleça, de forma antecipada, uma relação causal direta entre essa ação e a concessão do título. A documentação permite, contudo, investigar como práticas de caráter político, social e filantrópico poderiam contribuir para a construção de uma imagem pública associada ao prestígio e ao reconhecimento.

6

A análise das ações atribuídas a Joaquim Augusto de Moura permite, portanto, identificar diferentes dimensões de sua trajetória social e política. Ao acompanhar sua passagem de fazendeiro a titular do baronato, busca-se compreender como as relações familiares, políticas, econômicas e simbólicas se articulavam no processo de construção de seu prestígio social e na legitimação de sua posição no contexto do Segundo Reinado.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretende contribuir para o conhecimento da trajetória política e social do Barão de Vila Velha, explorando aspectos ainda pouco abordados de sua atuação e das relações estabelecidas entre poder, reconhecimento e distinção social no Alto Sertão da Bahia e na Corte Imperial.

Poder simbólico, distinção e legitimação social

Conforme delineado na obra “*O poder simbólico*” de Pierre Bourdieu, o conceito de poder simbólico constitui uma importante ferramenta teórica para a análise desenvolvida neste estudo. Bourdieu (1989, p. 09), afirma que o “poder simbólico é um poder de construção da

realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica.” Neste sentido, o poder simbólico não se manifesta apenas por meio da coerção ou do controle direto, mas também pela capacidade de produzir percepções e representações da realidade que são reconhecidas como legítimas pelos indivíduos e pelos grupos sociais.

No contexto da nobreza brasileira durante o Segundo Reinado, o título de Barão de Vila Velha, concedido a Joaquim Augusto de Moura, pode ser analisado para além de seu caráter honorífico. A titulação representava uma forma de distinção social e de reconhecimento público, conferindo ao seu titular uma posição específica no interior das hierarquias sociais do período. Dessa maneira, a concessão do título pode ser compreendida como parte de um processo de construção e legitimação do prestígio social, cuja eficácia dependia também do reconhecimento dessa distinção pelos diferentes grupos que compunham a sociedade imperial.

Ainda de acordo com Bourdieu, a produção simbólica, em suas diferentes formas, constitui um espaço de disputas pela definição e legitimação das representações sociais. Títulos, normas, práticas culturais e outras formas de produção simbólica podem participar dessas disputas, contribuindo para a construção das hierarquias sociais. Nesse sentido, o campo de produção simbólica pode ser compreendido como um espaço no qual diferentes agentes e grupos disputam o reconhecimento e a legitimidade de determinadas posições sociais.

7

Outro conceito mobilizado nesta análise é o de “capital econômico”, relacionado à posse de recursos materiais, propriedades e outros bens economicamente valorizados. Para Bourdieu, a acumulação desse capital pode estar articulada a estratégias de investimento destinadas não apenas à reprodução econômica, mas também à constituição e manutenção de relações sociais. Essas relações podem favorecer a conversão de diferentes formas de capital e contribuir para a reprodução das posições ocupadas pelos agentes no espaço social.

No caso da família Moura e Albuquerque, a documentação apresentada anteriormente evidencia a existência de patrimônio e de propriedades rurais, elementos que indicam sua inserção em uma posição econômica de destaque no Alto Sertão da Bahia. A trajetória de Joaquim Augusto de Moura pode, portanto, ser analisada considerando-se a articulação entre recursos econômicos, relações sociais e reconhecimento público. Nesse sentido, a acumulação econômica não deve ser compreendida de maneira isolada, mas em sua possível relação com outras formas de capital e com os mecanismos de distinção social presentes na sociedade imperial.

A partir dessa perspectiva, a concessão do título de Barão de Vila Velha constitui um elemento relevante para compreender a articulação entre diferentes formas de capital e os mecanismos de legitimação social no Segundo Reinado. A titulação pode ser investigada como uma forma de reconhecimento simbólico capaz de reforçar uma posição social já construída por meio de recursos econômicos, relações familiares, participação política e atuação pública.

Assim, a análise da trajetória de Joaquim Augusto de Moura permite investigar de que maneira recursos econômicos, relações sociais e formas de reconhecimento simbólico se articulavam na construção de posições de prestígio. O título nobiliárquico, nesse contexto, não é compreendido apenas como uma distinção individual, mas como parte de um processo mais amplo de produção e legitimação das hierarquias sociais existentes na sociedade imperial brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória de Joaquim Augusto de Moura permite compreender que a concessão do título de Barão de Vila Velha, em 1873, esteve inserida em uma complexa rede de relações políticas, sociais e econômicas que articulava as elites do Alto Sertão da Bahia às estruturas de poder da Corte Imperial. Sua atuação como proprietário de terras e de pessoas escravizadas, sua participação na vida pública e suas iniciativas relacionadas à educação e às questões abolicionistas constituíram elementos que contribuíram para a construção de sua imagem e de seu reconhecimento no espaço social e político do Segundo Reinado.

Nesse sentido, as fontes analisadas permitem identificar práticas de distinção e formas de atuação que contribuíram para a legitimação de sua posição social e política. A circulação entre a província baiana e a Corte, a participação em espaços de poder e as ações de caráter público podem ser compreendidas como elementos que favoreceram a construção de um capital simbólico capaz de reforçar sua posição perante diferentes grupos sociais e instâncias do poder imperial.

A concessão do baronato, portanto, pode ser compreendida não apenas como uma distinção honorífica, mas como parte de uma lógica de reconhecimento social e político característica da sociedade imperial. O título contribuía para conferir visibilidade e distinção ao agraciado, ao mesmo tempo em que expressava relações estabelecidas entre o poder imperial e setores das elites provinciais. Dessa forma, a trajetória de Joaquim Augusto de Moura evidencia

como diferentes formas de atuação e reconhecimento poderiam convergir para a consolidação de uma identidade nobiliárquica no contexto do Segundo Reinado.

Assim, o estudo contribui para compreender as relações entre poder, reconhecimento e distinção social na sociedade brasileira oitocentista, evidenciando como as experiências políticas e sociais das elites do interior da Bahia estavam articuladas às estruturas de poder da monarquia. A trajetória de Joaquim Augusto de Moura, nesse sentido, possibilita observar os mecanismos de construção e legitimação do prestígio social no Império, revelando a importância das relações entre as elites provinciais, a Corte e as formas simbólicas de reconhecimento promovidas pela monarquia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lielva Azevedo. **“Agora um Pouco da Política Sertaneja”: A Trajetória da Família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924)**. Dissertação de Mestrado. UNEB: Santo Antônio de Jesus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FEITOZA, Leonardo Matos. MOTTA, Renato Ramalho. **Meandros e prerrogativas para conquista do baronato no Brasil Oitocentista: Antônio Dias Coelho e Melo o barão da Estância e seus artifícios para nobilitação**. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010, p. 01 – 12.

FRANÇA, Sebastião Fontineli. **Uma visão geral da educação brasileira**. Integração, Volume 01, Ano 2008.

FRUTUOSO, Moisés Amado **“Murmurando o sagrado nome da pátria”: juízes de paz, elites e antilusitanismo em Rio de Contas (1822-1832)** / Moisés Amado Frutuoso, 2022. 255f.: il.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio (Um Estudo de História Regional e Local)**. Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. **Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840 – 1889)** – São Paulo, 2018. 393f. Tese de Doutorado.

VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. **Archivo Nobiliarchio Brasileiro**. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII. Disponível em: <https://archive.org/details/archivonobiliarcoovascuoft/page/544/mode/2up> (Acesso em 19 de outubro de 2021).